



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Controle Interno

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
01	<p>Área Auditada: <u>Secretaria de Finanças</u></p> <p>Fiscalização administrativa nos contratos de prestação de serviços terceirizados.</p> <p>Conhecimento Específico: Lei 8.666/93 Boas práticas administrativas de controle interno adotadas por órgãos da Administração Pública.</p>	<p>Risco: Ausência e/ou implementação insuficiente de controles internos na fiscalização do cumprimento das obrigações relacionadas com encargos sociais e trabalhistas.</p> <p>Relevância: Melhoria do processo de trabalho para maior controle na fiscalização administrativa dos contratos de serviços terceirizados, de forma a não comprometer a Administração quanto a sua responsabilidade solidária e subsidiária referente aos encargos previdenciários e trabalhistas.</p>	Verificar os controles internos destinados a coibir irregularidades na fiscalização administrativa dos contratos terceirizados.	Analisar por amostragem os processos administrativos destinados a contratação de serviços terceirizados.	Fevereiro/ Março	2 servidores
02	<p>Área Auditada: Secretaria de Finanças:</p> <p>Processo anual de Contas: TJMS/FUNJECC</p> <p>Conhecimento Específico: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar 101/00</p>	<p>Risco: Inobservância das metas previstas no Plano Plurianual em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual.</p> <p>Relevância: Cumprimento de formalidades, preceitos legais e atingimento do objetivo.</p>	Verificar se a prestação de contas e o relatório de gestão estão em conformidade com os normativos legais e emitir relatório sobre a prestação de contas do PJMS a ser remetido ao TCE/MS	Analisar as informações e documentos que compõem o Processo de Contas anual definido pelo TCE/MS	Fevereiro/ Março	1 servidor



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Controle Interno

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
03	<p>Área Auditada: Secretaria de Gestão de Pessoal</p> <p>Frequência de Servidores.</p> <p>Conhecimento Específico: Lei 1.102/90 Lei 3.310, 14/12/2006 Portaria 200, de 04/11/2009</p>	<p>Risco: Inobservância das normas que disciplinam a frequência de servidores.</p> <p>Relevância: Cumprimento das normas e preceitos legais definidos no âmbito do PJMS para controle de frequência dos servidores.</p>	Verificar a conformidade do controle de frequência dos servidores do Poder Judiciário do MS	Analisar por amostragem o controle de frequência dos servidores do Poder Judiciário do MS.	Fevereiro/ Março	2 servidores
04	<p>Área Auditada: Diversas Áreas</p> <p>Sanções Administrativas definidas e aplicadas nos contratos celebrados pelo PJMS.</p> <p>Conhecimento Específico: Lei 8.666/93 Lei nº 10.520, de 2002 Instrumento Editalício, Termo de Referência e Contrato.</p>	<p>Risco: Não atingimento da função para qual a sanção foi criada.</p> <p>Relevância: Aprimoramento dos critérios utilizados para definição e aplicação das sanções no âmbito do PJMS para melhoria da execução contratual.</p>	Verificar se as sanções definidas e aplicadas atualmente nos contratos administrativos celebrados pelo PJMS têm alcançado a finalidade para qual foi criada.	Analisar por amostragem os processos administrativos de contratação quanto a aplicação das sanções administrativas.	Mai/ Junho	2 Servidores



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Controle Interno

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
05	<p>Área Auditada: Secretaria de Tecnologia da Informação</p> <p>Coordenada CNJ</p> <p>Conhecimento Específico: COBIT, PMBOK, ITIL, CMMI, ISO 17799 e ISO 27001, bem como com as Resoluções CNJ nº 91/2009, nº 182/2013 e nº 211/2015</p>	<p>Risco: Não aderência aos conteúdos estabelecidos para governança, gestão, riscos e controle de TI e TIC</p> <p>Relevância: Melhorias dos processos internos de TI e TIC</p>	Verificar conteúdos estabelecidos para governança, gestão, riscos e controle de TI e TIC.	Avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, gestão, riscos e controle de TI e TIC, considerando projetos, processos, riscos e resultados de TI em comparação com padrões internacionalmente aceitos como COBIT, PMBOK, ITIL, CMMI, ISO 17799 e ISO 27001, bem como com as Resoluções CNJ nº 91/2009, nº 182/2013 e nº 211/2015	Maio/ Junho	1 servidor
06	<p>Área Auditada: Secretaria de Comunicação</p> <p>Execução e Fiscalização do Contrato 01.045/2016</p> <p>Conhecimento Específico: Lei nº 8.666/93 Contrato 01.045/2016 Termo de Referência, anexo ao Edital da Concorrência 01/2015 Lei 12.232/2010</p>	<p>Risco: Inobservância e/ou deficiência na fiscalização e execução contratual.</p> <p>Relevância: Adequada fiscalização contratual e atingimento do objetivo do contrato.</p>	Verificar os procedimentos de execução e fiscalização do Contrato 01.045/2016 quanto ao aspecto da legalidade dos procedimentos adotados.	Analisar a conformidade dos procedimentos de execução e fiscalização do Contrato 01.045/2016.	Agosto/ Setembro	2 servidores



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Controle Interno

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
07	Área Auditada: Secretaria de Bens e Serviços Bens Móveis – Controle Patrimonial de Bens Móveis Conhecimento Específico: Lei 4.320/64 Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público	Risco: Ausência e/ou deficiência nos procedimentos adotados no controle dos bens patrimoniais móveis. Relevância- Regular aplicação dos recursos públicos reduz a possibilidade de incorreções e/ou atos de impropriedade ou irregularidade	Verificar a existência e a suficiência dos controles internos instituídos quanto a gestão dos bens patrimoniais móveis.	Analisar os procedimentos de controle dos bens patrimoniais móveis.	Agosto/ Outubro	2 servidores
08	Área Auditada: Secretaria de Bens e Serviços Contrato de Gestão de Frota Conhecimento Específico: Lei nº 8.666/93 Contrato 01.007/2017 Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão 114/2016	Risco – Ausência e/ou deficiência de controles internos administrativos, inobservância dos critérios de gestão estabelecidos no contrato. Relevância - Adequada gestão contratual e atingimento do objetivo do contrato.	Verificar a eficácia dos controles internos administrativos utilizados na gestão do contrato com vistas ao atingimento do objetivo do contrato.	Analisar os procedimentos de gestão e controle interno adotados na execução do contrato, bem como a adequação dos gastos com gestão da frota a partir dos critérios definidos na contratação.	Outubro/ Novembro	2 servidores